

Escaneamento das políticas públicas brasileiras de alimentação a partir do “Nourishing Framework”

Scanning Brazilian public policies through *Nourishing Framework*

Álvaro Freitas Faustino Dias¹
Caroline Pauletto Spanhol-Finocchio²
Milton Augusto Pasquotto Mariani³

RESUMO

A obesidade é considerada uma doença multifatorial e complexa. Devido à dimensão que à doença tomou nos últimos anos, diversos pesquisadores, governos e instituições internacionais, como a WHO e a FAO, tem direcionando esforços para compreender os fatores que influenciam o aumento dos casos da doença, bem como no desenvolvimento de estratégias que possam controlá-la e prevení-la. Visando compreender e apontar caminhos para a formulação de políticas públicas relacionadas a obesidade, o *World Cancer Research Fund International* (WCRF) desenvolveu o *Nourishing Framework*, uma abordagem que possibilita o escaneamento das políticas relacionadas à alimentação, sendo este dividido em três domínios (ambiente de alimentos, sistema alimentar e comunicação para mudança de comportamento). O objetivo desta pesquisa foi analisar as Políticas Públicas Brasileiras de Alimentação (PPBA) segundo os domínios definidos pelo *Nourishing Framework*. A coleta de dados das PPBAs foi realizada em sites governamentais no período de 2003-2017, resultando em 8 documentos. A análise de conteúdo dos documentos foi operacionalizada com o auxílio do *Software QDA Miner*. Os resultados apresentaram certa convergência das PPBA com os domínios “ambiente de alimentos”, “comunicação para mudança de comportamento” e “sistema alimentar” sendo este o domínio menos frequente.

Palavras-chave: Alimentação. Ambiente Obesogênico. DCNT. Obesidade

Abstract

Obesity is considered a multifactorial and complex disease. Due to the dimension that the disease has taken in recent years, several researchers, governments and international institutions, such as WHO and FAO, have been directing efforts to understand the factors that influence the increase in cases of the disease, as well as in the development of strategies that can control and prevent it. In order to understand and point out ways to formulate public policies

¹ Doutorando em Administração. Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - ESAN/UFMS. E-mail : alvaro.dias@ufms.br
ORCID ID : <https://orcid.org/0000-0002-7477-8769>

² Doutora em Agronegócios. Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - ESAN/UFMS. E-mail : caroline.spanhol@ufms.br
ORCID ID : <https://orcid.org/0000-0002-0979-4594>

³ Pós- doutor em Administração. Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - ESAN/UFMS. E-mail : milton.mariani@ufms.br
ORCID ID : <https://orcid.org/0000-0001-9485-0150>

related to obesity, the World Cancer Research Fund International (WCRF) developed the Nourishing Framework, an approach that allows the scanning of policies related to food, which is divided into three domains (environment of food, food system and communication for behavior change). The objective of this research was to analyze the Brazilian Public Food Policies (PPBA) according to the domains defined by the Nourishing Framework. The collection of data from PPBAs was carried out on government websites in the period 2003-2017, resulting in 8 documents. The content analysis of the documents was made operational with the aid of the QDA Miner Software. The results showed some convergence of the PPBA with the domains “food environment”, “communication for behavior change” and “food system”, which is the least frequent domain.

Keywords: Food. Obesogenic Environment. NCDs. Obesity.

Classificação JEL: D04, F68, I18, M38.

INTRODUÇÃO

Segundo a *World Health Organization* (WHO, 2016), a obesidade mais que triplicou entre 1975 e 2016. Em 2016 havia aproximadamente 2 bilhões de adultos com sobrepeso e 650 milhões de pessoas obesas no mundo todo. A preocupação está no elevado número de pessoas que morrem em decorrência do sobrepeso e da obesidade, fato que se configura um grave problema de saúde pública. De acordo com a WHO (2012), pelo menos 2,8 milhões de pessoas morrem por ano em consequência dessa doença.

Na população brasileira a prevalência da obesidade em crianças com idade entre 5 e 9 anos atinge 11,8% das meninas e 16,6% entre meninos. Entre os adultos, a obesidade chega à 12,5% entre os homens e 16,9% entre as mulheres. Outro fator importante é que a prevalência da obesidade na população feminina não apresenta grandes diferenças ao considerar a renda, sendo diferente no caso dos homens (BRASIL, 2013).

Para Swinburn, Gill e Kumanyika (2005) a obesidade é considerada o maior problema, tanto de saúde pública como econômico, e tem sido alvo das discussões políticas de vários países, principalmente em relação a prevenção da obesidade, sobretudo a infantil. Roberto *et al.* (2015) acrescenta que muitos países aumentaram suas ações para combater as dietas não saudáveis. Nos Estados Unidos, por exemplo, observam-se iniciativas como o “*Early Care and Education (ECE)*” que tem como premissa a integração de atividades relacionadas a nutrição, atividade física e redução do tempo gasto em aparelhos digitais (USA, 2016). No Brasil, o “Plano Nacional para Alimentação Adequada e Peso Saudável (PAAS)” foi implantado como uma das principais ações para a reeducação alimentar, visando incentivar hábitos de vida e alimentação saudáveis para que seja possível promover a saúde da população (BRASIL, 2013).

Com intuito de apontar aos governos quais as áreas necessitam de maior concentração e esforços para o desenvolvimento de programas e políticas e na promoção de dietas saudáveis que possibilitem a redução do sobrepeso e da

obesidade, o *World Cancer Research Fund International* (WCRF) desenvolveu o *Nourishing Framework*, uma abordagem que possibilita o escaneamento das políticas relacionadas à alimentação no mundo todo, apontando a quantidade e o direcionamento das políticas vigentes (WCRF, 2018).

Considerando o impacto da obesidade na saúde pública e na qualidade de vida dos indivíduos, bem como as diversas variáveis que contribuem para sua ocorrência (variáveis ambientais, genéticas e comportamentais), esta pesquisa objetiva analisar as Políticas Públicas Brasileiras de Alimentação (PPBA) a partir das categorias da *Nourishing Framework*. Trata-se de um tema desafiador, inerente a sua natureza, mas que precisa ser explorado, de forma a contribuir com a formulação e direcionamento de novas políticas públicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Hruby e Hu (2015), a obesidade é considerada uma doença multifatorial e complexa que possui origens genéticas, socioeconômicas, comportamentais e ambientais. Neste estudo, será discutida apenas a variável ambiental. Nesse sentido, a literatura consultada apresenta diferentes estudos que tratam da questão, entre eles o de Hill *et al.* (2003), que aponta a necessidade de maiores esforços para combater as questões ambientais que tem contribuído com o ganho de peso da população mundial, e o de French, Story e Jeffery (2001) onde é discutida a epidemia da obesidade causada por um ambiente que promove a ingestão excessiva de alimentos e a inatividade física. Como ponto comum, esses estudos destacam o ambiente como um importante fator que pode contribuir para o agravamento e redução do problema.

Considerando a influência do ambiente no ganho de peso dos indivíduos, destaca-se o conceito de ambiente obesogênico que se refere as influências que o ambiente exerce no processo de decisão de compra e no comportamento dos indivíduos, que podem contribuir para o aumento ou para a redução dos casos de obesidade (SWINBURN; EGGER; RAZZA, 1999).

Visando compreender melhor os fatores ambientais que contribuem para o aumento dos casos de obesidade os autores Swinburn, Egger e Razza (1999) desenvolveram um modelo para a compreensão dos possíveis fatores ambientais que contribuem, tanto para o aumento quanto para o controle e prevenção da doença, denominado "*Analysis Grid for Environments Linked to Obesity – ANGELO*". O "*ANGELO*" é composto de quatro tipos de ambientes, entre eles o **ambiente político** que tem sido fortemente debatido, sobretudo pela importância das políticas para prevenção e controle da doença (JEBB, AVEYARD, HAWKES, 2013; LUSK, 2017).

Tendo em vista a importância das ações governamentais nesse contexto, a WCRF desenvolveu o *Nourishing Framework* que divide as políticas em três domínios (ambiente de alimentos, sistema alimentar e comunicação para mudança de comportamento) que possibilita identificar o foco principal e de direcionamento dos governos, com objetivo de formalizar um pacote abrangente de políticas que reúna os principais domínios de ação e áreas políticas para promover alimentação mais saudável. Além disso, há o objetivo de fornecer recomendações a nível global e estabelecer uma estrutura para relatar, categorizar e monitorar ações de políticas mundialmente, visando possibilitar ações e opções de políticas que possam ser sistematicamente categorizadas, atualizadas, interpretadas e comunicadas aos formuladores de políticas (HAWKES; JEWELL; ALLEN, 2013).

Hawkes, Jewell e Allen (2013) apontam ainda que os três domínios políticos apresentados na *Nourishing Framework* são considerados os três pilares de resposta a dietas pouco saudáveis, divididas em 10 áreas políticas fundamentais que abrangem ações políticas específicas que devem ser identificadas e implementadas pelos formuladores de políticas. Os autores ressaltam que cada um dos domínios e áreas políticas presentes no “*Nourishing*” foi identificado através de uma revisão dos quadros de políticas existentes (Quadro 1).

Zhang *et al.* (2014) salientam que o desenvolvimento e implementação de políticas alimentares governamentais, nacionais e regionais, são afetados por múltiplos fatores, incluindo cultura, tradição, o sistema político e o apoio de várias partes interessadas dentro de uma sociedade. Mudanças de comportamento bem-sucedidas podem ser alcançadas apenas por meio de interações sinérgicas e da interoperabilidade de políticas de diferentes sistemas constituintes.

Os referidos autores afirmam ainda que as políticas devem ser elaboradas para mudar o contexto em que ocorrem os padrões alimentares indesejáveis, ou seja, o **ambiente alimentar**, enfrentado diariamente pelos indivíduos. As tentativas de mudar o ambiente alimentar devem dirigir-se ao **sistema alimentar**, que deve ser revisto e redesenhado para criar um ambiente alimentar saudável. Para que a **mudança comportamental** ocorra, deve-se fornecer educação e treinamento contínuos para equipar os indivíduos com os conhecimentos e habilidades necessários para se adaptarem ao novo ambiente. Nesse sentido, é imperativo que as PPBA atuem de modo sistêmico, uma vez que bons resultados são alcançados quando há abrangência de todos os domínios apresentados no *Nourishing Framework*.

O Quadro 1 mostra as seis principais áreas em que podem ser tomadas medidas para alterar os **ambientes alimentares**, incluindo os ambientes de informação e mercado (“NOURIS”). A adoção de políticas utilizadas pelos governos para mudar os ambientes alimentares tem se mostrado irregular, embora haja maior número de ações em algumas áreas em relação a outras (HAWKES; JEWELL; ALLEN, 2013). Ainda segundo os referidos autores, a utilização do domínio “**sistema alimentar**” faz-se necessário, pois através de seus efeitos sobre a disponibilidade de alimentos, políticas agrícolas e de sistemas alimentares específicos têm repercussões para as políticas de promoção da alimentação saudável. Além disso, políticas que abordam o ambiente alimentar têm repercussões inevitáveis a montante para os atores e atividades na agricultura e nos sistemas alimentares. Desse modo, políticas relacionadas ao sistema alimentar, visam aproveitar as políticas e ações de alimentos em todos os setores.

Quadro 1: *Nourishing framework*

DOMÍNIO	ÁREA POLÍTICA	AÇÕES POLÍTICAS
AMBIENTE ALIMENTAR	Normas e regulamentos relacionados às informações nutricionais pertencentes ao rótulo dos alimentos	Ex. Listas de nutrientes em embalagens de alimentos; rótulos em que a quantidade de calorias esteja visível
	Oferta de alimentos saudáveis e padronização alimentar em instituições públicas e outras configurações específicas	Ex. Programas de incentivo à compra de frutas e legumes; padrões alimentares estabelecidos nos diversos órgãos públicos (educação, trabalho e instalações de saúde)
	Uso de ferramentas econômicas para lidar com acessibilidade dos alimentos e incentivos à compra	Ex. Promoções; impostos mais altos para alimentos que possam prejudicar à saúde
	Restrição da publicidade de alimentos	Ex. Restringir a publicidade de alimentos não saudáveis as crianças, embalagem
	Melhorar a qualidade no fornecimento	Ex. Reformular; Eliminar as gorduras trans; reduzir a densidade energética de alimentos multiprocessados
	Definir objetivos e regras para criar um ambiente saudável	Ex. Incentivos para lojas em regiões carentes; planejar restrições em pontos de venda específicos
SISTEMA ALIMENTAR	Atrelar a cadeia de fornecimento de alimentos e as ações de todos os setores para garantir à saúde	Ex. Incentivos da cadeia de suprimentos para a produção; compras públicas através de cadeias “curtas”; políticas de saúde em todas as estruturas de governança
COMUNICAÇÃO PARA MUDANÇA DE COMPORTAMENTO	Informar as pessoas sobre alimentação e nutrição através da conscientização pública	Ex. Educar a população por meio das diretrizes alimentares baseadas em alimentos saudáveis, mídia de massa e marketing social; realizar campanhas comunitárias e de informação pública
	Fornecer aconselhamento nutricional e aconselhamento de cuidados com a saúde	Ex. Fornecimento de aconselhamento nutricional para indivíduos em risco e suporte por telefone; reforçar diretrizes clínicas para profissionais de saúde
	Informar e educar a população sobre as diversas habilidades nutricionais	Ex. Atividades que desenvolvam habilidades de produção de alimentos / culinária nos currículos de educação; esquemas de saúde no local de trabalho

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Hawkes, Jewell e Allen (2013).

A “**comunicação para mudança de comportamento**” por sua vez, envolve o fornecimento de informações, educação, alfabetização e habilidades de forma a incentivar pessoas a mudarem seus comportamentos. As políticas pertencentes à esse domínio normalmente direcionam as pessoas com apelo para a mudança de comportamento (HAWKES, JEWELL, ALLEN, 2013). Essas políticas podem, também, influenciar as normas sociais de maneira mais ampla, alterando as percepções públicas de um problema.

Hawkes, Jewell e Allen (2013), afirmam que há três áreas principais nas quais ações podem ser tomadas para comunicar a mudança de comportamento, variando de ações em escala populacional até o direcionamento de indivíduos específicos. Campanhas de conscientização pública, em qualquer forma, geralmente com o objetivo comunicar mensagens específicas. Tais campanhas, podem ser conduzidas em torno de alimentos e nutrientes específicos, como sal e refrigerante, ou se preocuparem com a alimentação saudável de forma mais ampla.

Outra área de ação importante está relacionada à educação nutricional, onde se inclui questões nutricionais, habilidades de produção de alimentos/culinária nos currículos de educação, esquemas de saúde no local de trabalho, dentre outros (HAWKES, JEWELL, ALLEN, 2013). Sadegholvad *et al.* (2017) apontam que a integração da educação alimentar nos currículos de escolas secundárias tem potencial para aumentar o conhecimento dos adolescentes sobre questões científicas e éticas importantes, além de capacitá-los no desenvolvimento de habilidades fundamentais relacionadas à alimentação que apóiem a saúde e o bem-estar.

Desse modo, observa-se que a *Nourishing*, tem um importante papel no processo de identificação e monitoramento de políticas alimentares, uma vez que em sua construção são consideradas diversas áreas políticas em que o governo pode e deve atuar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados das PPBA deu-se a partir de buscas em sites governamentais, sendo consideradas como relevantes para a pesquisa todas as políticas relacionadas à alimentação, saúde e nutrição elaboradas no período de 2003 à 2017. Para a segunda etapa da presente pesquisa foi utilizada a técnica da análise de conteúdo. Tal decisão deu-se pela importância de identificar e classificar as políticas públicas relacionadas à obesidade segundo o *Nourishing*.

Nesse sentido, seguiu-se as diferentes fases da análise citadas por Bardin (2011). Para a autora a organização da análise deve seguir três fases específicas, sendo: i) pré-análise que se refere a escolha dos documentos à serem analisados, a formulação de hipóteses e objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentaram a interpretação ao final da análise; ii) exploração do material, onde será realizada a análise propriamente dita; e iii) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Nesse momento os resultados serão tratados buscando reconhecer se eles são significativos e válidos. A Figura 1 mostra as etapas do processo de análise realizados nesta pesquisa. Desse modo, foi realizada a leitura dos documentos assim como sugerido por Bardin (2011), com objetivo de estabelecer contato com os dados coletados.

Para a análise dos dados foram utilizadas as categorias pré definidas pelo *Nourishing Framework*, que podem ser visualizadas no Quadro 1 (localizado na página 3). Tais categorias têm como finalidade fornecer uma representação simplificada dos dados. Bardin (2011) aponta que a categorização não inclui desvios no conjunto de dados, mas possibilita a identificação de índices invisíveis em relação aos dados brutos. Com as categorias estabelecidas, foi feito o escaneamento⁴ dos documentos com objetivo de classificar as políticas públicas.

⁴ Leitura das PPBA utilizando as categorias do Nourishing Framework como referência, afim de identificar o conteúdo presente em cada uma delas.

Figura 1: Processos da análise de conteúdo utilizada na pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores.

O escaneamento se deu por meio da leitura do conjunto de PPBA desenvolvidas e implementadas. Por meio da leitura, observou-se que algumas expressões apresentavam conteúdos que englobavam mais de uma categoria pré-definida pelo *framework*, como é o caso da expressão presente no PNAE: “a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem (...)” que se encaixa em duas categorias distintas, a de informar a população sobre alimentação e nutrição (In) e a de educar a população sobre as questões nutricionais (G). Desse modo, as expressões que se mostravam presentes em mais de uma categoria como o caso apresentado, foram contabilizadas nas categorias em que se encaixavam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise de conteúdo, as PPBA selecionadas (8) foram inseridas no *software QDA Miner*, sendo posteriormente realizada o escaneamento e a categorização (Quadro 2). A partir da categorização, foi possível elaborar a Tabela 1, que apresenta a frequência de cada uma das categorias sugeridas pelo referido *framework*.

Observa-se na Tabela 1 que as PPBA apresentam preocupações globais ao se tratar da alimentação, tendo direcionado esforços constantes às questões ligadas aos três domínios sugeridos pelo *framework*. Contudo, ao analisar os três domínios, verificou-se maior concentração de conteúdo relacionado ao **ambiente de alimentos** (54,3%), seguido da **comunicação para mudança de comportamento** (37,1%) e do **sistema alimentar** (8,7%).

Outro ponto importante observado é a baixa prevalência de ações relacionadas à rotulagem de alimentos “N” (3,1%), estando presente em apenas 50% dos casos analisados. Este resultado sugere que as discussões realizadas pela ciência, bem como por instituições nacionais e internacionais sobre a rotulagem não foram discutidas de forma muito ampla nas PPBA. Contudo, o governo brasileiro vem discutindo sobre a alteração da legislação relacionada à rotulagem de alimentos, como se observa por meio do Acordo de Rotulagem Frontal, desenvolvido em parceria com outros países do Mercosul (2018).

Quadro 2: Políticas públicas brasileiras de alimentação analisadas

Ano de Implementação	Política
2006	Lei de Segurança Alimentar e Nutricional
2009	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
2011	Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNTs no Brasil (2011-2022)
2013	Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)
2013	Manual Peso Saudável
2014	Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade
2014	Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)
2016	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2016-2019)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Há, ainda, baixa prevalência de ações que envolvam o uso de ferramentas econômicas para lidar com a questão, como é o caso do aumento de impostos para alimentos multiprocessados “U” (3,9%). Convém, no entanto, apontar que o governo brasileiro, mesmo não apresentando um pacote de políticas rígidas nesse aspecto, tem direcionado esforços, por meio de acordos realizados com o setor privado, principalmente indústrias alimentícias, para reduzir os percentuais de sódio, açúcar e gorduras trans presentes nos alimentos comercializados no território nacional.

Tabela 1: Frequência das categorias do *Nourishing Framework* observadas nas PPBA

Domínio	Código	Freq.	% Códigos	Casos	% Casos
Ambiente de Alimentos	N	44	3,1	4	50
	O	196	13,7	8	100
	U	56	3,9	7	87,5
	R	154	10,8	4	50
	I	142	9,9	8	100
	S	184	12,9	7	87,5
Sistema Alimentar	H	124	8,7	8	100
Comunicação para mudança de comportamento	I (In) ⁵	203	14,2	8	100
	N (Nu) ⁶	207	14,5	8	100
	G	120	8,4	8	100

Fonte: Dados da pesquisa.

No que tange ao domínio **ambiente de alimentos**, verifica-se que ações relacionadas à oferta de alimentos saudáveis “O”, aparece como principal foco da ação governamental (13,7%). Tal aspecto está relacionado diretamente à programas como PNAE, que buscam ofertar uma alimentação saudável para todos os estudantes da rede pública de ensino e o Programa Peso Saudável que incentiva à prática de atividades físicas e alimentação saudável em ambientes de trabalho, seja público ou privado. Nesse sentido, Raulio, Ross e Pratalla (2010) afirmam que serviços de

⁵ Código utilizado para categorizar as ações relativas à área política responsável por fornecer informações à respeito de alimentação e nutrição a população (I) do domínio “comunicação para mudança de comportamento”, diferenciando do I presente no domínio “ambiente de alimentos”.

⁶ Código utilizado para categorizar as ações relativas ao fornecimento de aconselhamento nutricional e de cuidados à saúde (N) do domínio “comunicação para mudança de comportamento”, diferenciando do N presente no domínio “ambiente de alimentos”.

alimentação equilibrada em escolas e locais de trabalho contribuem para hábitos alimentares saudáveis na população.

Ressalta-se ainda que ações políticas ligadas à restrição da publicidade de alimentos “R”, ao aprimoramento da disponibilidade de alimentos “I” e aos objetivos para desenvolver um ambiente saudável “S”, apresentam percentuais muito próximos, mostrando que grande parte das ações exercidas pelo governo brasileiro estão diretamente relacionadas ao que tem sido discutido pela ciência e por outros governos ao redor do mundo.

O **sistema alimentar**, por sua vez, se mostrou um assunto de grande preocupação do governo brasileiro, uma vez que as ações pertencentes a esse domínio pôde ser observada em todos os documentos analisados, isto é, em 100% dos casos. A prevalência e importância deste domínio está ligada principalmente à preocupação governamental com o incentivo à agricultura familiar e ao aprimoramento do sistema produtivo nacional, visando principalmente a melhoria na qualidade dos alimentos que vão para a mesa da população brasileira. Sobre isso, Ruel, Quisumbing e Balagamwala (2018) informam que políticas direcionadas ao sistema alimentar podem impactar diretamente no estado nutricional da população, desde que contenham intervenções de saúde e água, saneamento, higiene e produtos fortificados com micronutrientes.

No que tange à **comunicação para mudança de comportamento**, ações com intuito de informar a população sobre as diretrizes alimentares por meio das mídias sociais/marketing social “In” e aquelas relacionadas ao aconselhamento nutricional e de saúde “Nu”, se destacam, estando presentes em 14,2% e 14,5%, respectivamente, das políticas analisadas. Tal abrangência está diretamente ligada à preocupação governamental em alterar os estilos de vida observados na atualidade, mas principalmente os padrões de consumo da população brasileira.

Nesse sentido, o desenvolvimento de ações como campanhas publicitárias e aconselhamento sobre os riscos de uma alimentação baseada em alimentos com alta densidade energética. Bull *et al.* (2018) acrescentam que o fornecimento de aconselhamento por meio de contato pessoal e direcionamento para os diversos comportamentos possíveis para o cidadão, promovem o aumento do consumo de alimentos saudáveis.

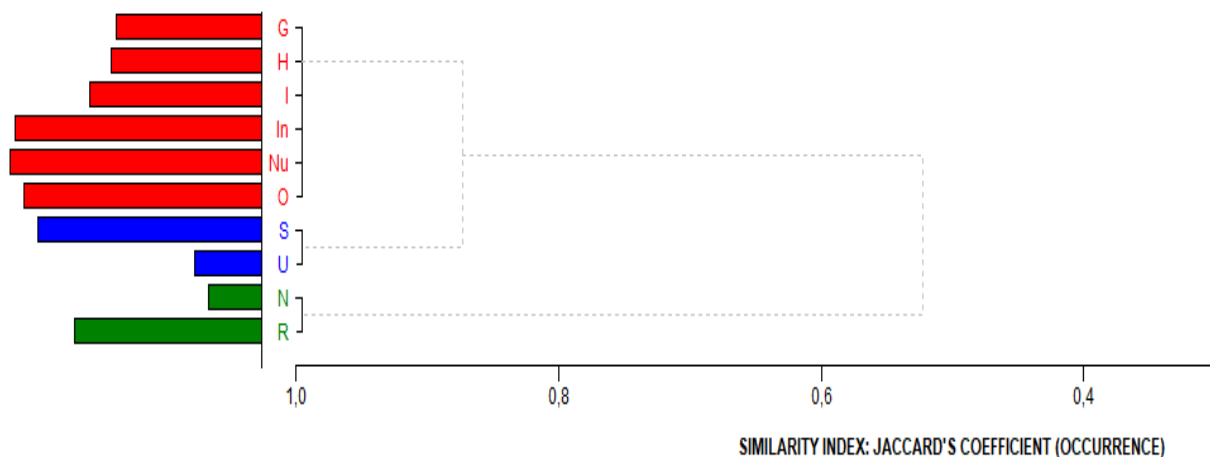
Mesmo que tais ações políticas tenham apresentado maior frequência de conteúdo no domínio em questão, as ações relacionadas à promoção da educação nutricional para a população “G”, se mostraram uma preocupação governamental. Pode-se afirmar, por meio dos resultados, que a implementação de disciplinas relacionadas às questões alimentares e nutricionais na grade comum curricular é um interesse, uma vez que, por meio da educação alimentar, torna-se possível modificar comportamentos. Mayor (2013) reforça tal observação ao dizer que com a educação apropriada e a implementação de padrões alimentares dentro do ambiente escolar, é possível levar as crianças à idade adulta com conhecimentos e habilidades que possibilitem comportamentos saudáveis no futuro.

A partir da Figura 2, observa-se como as categorias políticas se organizaram, com base em seu conteúdo. No que tange à similaridade das categorias, é possível observar uma elevada similaridade entre elas. Entretanto, verifica-se que, de acordo com o índice de Jaccard⁷, as categorias foram organizadas de maneira diferente quando comparadas ao *framework* original.

⁷ Identifica as categorias e termos que apresentam maior proximidade entre si, ou seja, é a relação entre as vezes que as categorias ocorrem juntas ou separadas, assumindo valores entre 0 e 1.

Nesse sentido, observou-se que a formação do primeiro cluster se deu pela junção dos domínios **sistema alimentar** e **comunicação para mudança do comportamento** e das categorias **O** (oferta) e **I** (melhoria de fornecimento) pertencentes ao ambiente de alimentos. Tal formação sugere que essas categorias podem estar mais relacionadas ao sistema alimentar e/ou à comunicação ao consumidor, diferentemente da classificação sugerida pelo *framework*.

Figura 2: Similaridade das áreas políticas presentes nas políticas públicas brasileiras



Fonte: Elaborado pelos autores.

Verificou-se ainda que as categorias N e R, ligadas às normas de rotulagem e às restrições da publicidade de alimentos, respectivamente, formaram um único cluster, uma vez que ambas estão ligadas às estratégias utilizadas pelo marketing de alimentos. Além disso, observou-se que o comportamento das ações ligadas às mudanças do ambiente (S) e ações ligadas à utilização de ferramentas econômicas (U), como os impostos em alimentos multiprocessados, se comportaram da mesma forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo realizar o escaneamento das Políticas Públicas Brasileiras de Alimentação (PPBA) a partir das categorias definidas pelo *Nourishing Framework*. Observou-se que o Brasil tem direcionado esforços para o desenvolvimento de ações relacionadas à todos domínios propostos pelo *framework*, com a predominância de alguns temas.

A utilização de ferramentas econômicas como o aumento de impostos em alimentos com alta densidade energética, também, apresentaram baixa frequência. Contudo, o governo brasileiro, mesmo que não apresente um pacote de políticas rígidas quanto à estas ações, têm direcionado esforços por meio de acordos realizados com o setor privado, principalmente as indústrias alimentícias, com o intuito de reduzir os percentuais de sódio, açúcar e gorduras trans presentes nos alimentos comercializados no território nacional.

Ações voltadas à rotulagem de alimentos, também, apresentaram menor frequência. No entanto, já se verificam discussões sobre a alteração da legislação

relacionada à rotulagem, a exemplo do Acordo de Rotulagem Frontal desenvolvido em parceria com outros países do Mercosul (2018).

Por fim, nota-se a existência de diferentes iniciativas do governo brasileiro na busca pela prevenção e controle da obesidade, consoante com as diretrizes e recomendações de diferentes instituições internacionais, com destaque para o *World Cancer Research Fund International* (WCRF).

REFERÊNCIAS

- ARAYA, S. et al. Identifying food labeling effects on consumer behavior. **SSRN**. [online]. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3195500>>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2018.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Brasil: Edições 70, 2011, 280p.
- BIMBO, F. *et al.* The hidden benefits of short food supply chains: farmer's markets density and body mass index in Italy. **International Food and Agribusiness Management Review**. v. 18, n. 1, p. 1-16, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Mercosul terá rótulo frontal de alerta em alimentos**, 2018. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43589-mercosul-tera-rotulo-frontal-de-alerta-em-alimentos>>. Acesso em: 13 de Novembro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BULL, E.R. et al. Interventions to promote healthy eating, physical activity and smoking in low-income groups: a systematic review with meta-analysis of behavior change techniques and delivery/context. **International Journal of Behavioral Medicine**. v. 25, n. 6, p. 605-616, 2018.
- FRENCH, S.A.; STORY, M.; JEFFERY, R.W. Environmental influences on eating and physical activity. **Annual Review of Public Health**, v. 22, p. 309-35, 2001.
- HAWKES, C.; JEWELL, J.; ALLEN, K. A food policy package for healthy diets and the prevention of obesity and diet-related non-communicable diseases: the NOURISHING Framework. **Obesity reviews**, v. 14, n. 2, p. 159-168, 2013.
- HILL, J.O. *et al.* Obesity and the environment: where do we go from here? **Science**, v. 299, n. 5608, p. 853-855, 2003.
- HRUBY, A.; HU, F.B. The epidemiology of obesity: a big picture. **Pharmacoeconomics**, v. 33, n. 7, p. 673-89, 2015.
- JEBB, S.A.; AVEYARD, P.N.; HAWKES, C. The evolution of policy and actions to tackle obesity in England. **Obesity reviews**, v. 2, p. 42-59, 2013.
- JUNIOR, N.N.G.; PINTO, H.S.; LEDA, L.C. Alimento e comida: sistema de abastecimento e consumo alimentar urbano. **Guaju**. v. 2, n. 1, p. 61-76, 2016.
- KIM, S.D. Relationship between awareness and use of nutrition labels and obesity. **Biomedical Research**. v. 29, n. 11, p. 2238-2242, 2018.
- LUSK, J.L. Economics and obesity policy. **International Journal of Obesity**, v. 41, p. 831-4, 2017.

MAYOR, S. Nutrition education: the way to reduce childhood obesity? **In Focus**. v. 1, n. 1, p. 14, 2013.

POPKIN, B.M.; REARDON, T. Obesity and the food system transformation in Latin America. **Obesity Reviews**. v. 19, p. 1028-1064, 2018.

RAULIO, S.; ROSS, E.; PRATTALA, R. School and workplace meals promote healthy food habits. **Public Health Nutrition**. v. 13, n. 6A, p. 987-992, 2010.

ROBERTO, C. A. *et al.* Patchy progress on obesity prevention: Emerging examples, entrenched barriers, and new thinking. **The Lancet**, v. 385, p. 2400–2409, 2015.

RUEL, M.T.; QUISUMBING, A.R.; BALAGAMWALA, M. Nutrition-sensitive agriculture: what have we learned so far? **Global Food Security**. v. 17, p. 128-153, 2018.

SADEGHOLVAD, S. *et al.* What should be taught in secondary schools's nutrition and food systems education? Views from prominent food-related professionals in Australia. **Nutrients**. v. 9, n. 11, 2017.

SWINBURN, B.; EGGER, G. Preventive strategies against weight gain and obesity. **Obesity Reviews**. v. 3, n. 4, p. 289-301, 2002.

SWINBURN, B.; GILL, T.; KUMANYIKA, S. Obesity prevention: a proposed framework for translating evidence into action. **Obesity Reviews**, v. 6, n. 1, p. 23–33, 2005.

UNITED STATES. Center for Disease Control e Prevention. **Early Care and Education State Indicator Report**, 2016. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/obesity/downloads/early-care-education-report.pdf>>. Acesso em: 12 de Dezembro de 2017.

VIGITEL BRASIL. **Estimativa sobre frequência e distribuição sócio-demográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2017**, 2018. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2017_vigilancia_fatores_risco_s.pdf>. Acesso em 27 de Outubro de 2018.

WCRF. **NOURISHING Database**, 2018. Disponível em: <<https://www.wcrf.org/int/policy/nourishing-database>>. Acesso em 27 de Outubro de 2018.

WHO. **Global Action Plan for the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases 2013-2020**, 2013. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/94384/9789241506236_eng.pdf;jsessionid=5931949830133524917C236096B89FE9?sequence=1>. Acesso em 05 de Fevereiro de 2019.

WHO. **New WHO statistics report includes good news for women's and children's health**, 2012. Disponível em: <http://who.int/pmnch/media/news/2012/20120516_who_statistics/en/>. Acesso em 27 de Novembro de 2017.

WHO. **Obesity and Overweight**, 2016. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/>>. Acesso em 20 de junho de 2017.

YOM-TOV, E. *et al.* The effectiveness of public health advertisements to promote health: a randomized-controlled trial on 794.000 participants. **npj Digital Medicine**. v. 1, n. 24, p. 1-6, 2018.

ZHANG, Q. *et al.* Food policy approaches to obesity prevention: an international perspective. **Current Obesity Reports**. v. 3, n. 2, p. 171-182, 2014.